

RELAÇÕES ETNICORRACIAIS: DESAFIOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ETNICORRACIAL RELATIONS: THEORETICAL METHODOLOGICAL CHALLENGES FOR VOCATIONAL TRAINING

Autores: Maria Isabel de Assis¹

Valdeir Claudinei de Oliveira²

Resumo: Ao discorrer sucintamente sobre uma experiência concreta de docência na disciplina de “Relações Étnico-raciais”, este texto concorre também para questionar o lugar da temática Étnico-racial na formação profissional, bem como a construção de metodologia de ensino que favoreça sua apropriação, conteúdos básicos nos cursos de bacharelado em Serviço Social. Apresenta em seu pano de fundo a relação existente entre os processos que se operacionalizam no mundo do trabalho e relação destes com a manutenção das relações de desigualdades étnico-racial, social e de gênero. Pontua ainda sobre o papel e lugar dos Movimentos Negros, de Mulheres Negras e Movimentos Feministas na mudança deste cenário.

Palavras chave: Relações Étnico-raciais, Racismo, Fundamentos Teóricos e Metodológicos, Formação Profissional e Trabalhos.

159

Abstract: By briefly addressing a concrete experience of teaching in the discipline of "ethnic racial relations", this text also competes to question the place of the "ethnic racial" theme in vocational training, as well as the construction of Teaching methodology that favors its appropriation, Basic content in the Bachelor's degree in Social service. It presents in its background the relationship between the processes that are operationalized in the work world and their relationship with the maintenance of the relations of inequalities and ethnic racial, social and gender. Talk about still on

¹ Doutoranda em Antropologia Social (2018) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa do Programa CAPES/PROSUC, Mestre em Antropologia Social (2005) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, Graduada em Serviço Social (1996) pela mesma instituição. Pesquisadora com Bolsa FAPESP na pesquisa realizada sobre violência urbana pela PUC/SP, em parceria com o CRAVI ? Centro de Referência e Apoio às vítimas de violência urbana. Pesquisa de Mestrado com enfoque na violência urbana e doméstica com recorte étnico-racial e de gênero. Atualmente é docente na Graduação e Pós-Graduação da FAPSS - Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo desde 2014 e Assistente Social na Subsecretaria da Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos - na função de professora.

² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp (2002), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp (2006) e Doutorado em Serviço Social pela PUC São Paulo com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa Científica - CNPq. Atualmente é Coordenador Acadêmico do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Paulista de Serviço Social e ministra as disciplinas de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social. Coordena o Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Trabalho Social com Famílias e leciona a disciplina Questão Social e Mundo do trabalho no mesmo curso. experiência no campo da Assistência Social e no Serviço Social do Trabalho, com atuação em prefeituras municipais (Franca-SP, Araraquara-SP e Guarulhos-SP) e empresas públicas (SAAE Araraquara e INFRAERO Guarulhos).

the role and place of black movements, black women and feminist movements in the change of this scenario.

Keywords: ethnic-racial relations, racism, theoretical and methodological foundations, vocational training and works.

A Disciplina Relações Étnicas, Raciais e de Gênero devem orientar para:

Desenvolver estudos e debates para compreensão da temática raça-etnia no Brasil observando sua complexidade e especificidade, articuladas a sua dimensão histórica, à totalidade das lutas populares e no enfrentamento da questão social para conquista da cidadania e direitos sociais.

Desenvolver estudos sobre a história e trajetória das mulheres na perspectiva de gênero, suas lutas por emancipação, os enfrentamentos no mundo do trabalho, suas contribuições para os movimentos sociais e na efetivação das políticas públicas. (Ementa da Disciplina)

Este texto problematiza o processo de planejamento, formatação que envolveram pesquisa e seleção de recursos didáticos, pedagógicos, teóricos e metodológicos no ensino das temáticas “Relações Étnico Raciais no curso de Serviço Social, bem como os recursos conceituais necessários nessa aprendizagem.

160

Para alcançar os objetivos propostos, a referida disciplina proporcionou e proporciona aliar conteúdos teóricos ao trabalho de campo, bem como debates acerca da questão étnico-racial no Brasil observando a sua dimensão social, histórica, sem perder de vista a relevância do movimento negro no enfrentamento e conquista da cidadania, direitos sociais e formulação de políticas públicas. Aborda a dimensão de gênero, enquanto categoria que precisa ser aportada na relação com classe social e a dimensão étnico-racial pois estamos falando de mulheres que acessam os serviços públicos, negras, indígenas, ciganas, quilombolas, de matriz africana, e demais segmentos historicamente discriminados.

Referenciais teóricos que remontam a história e trajetória das mulheres na luta por emancipação, os enfrentamentos no mundo do trabalho e suas contribuições nos movimentos sociais para a efetivação das políticas públicas são criteriosamente selecionados articulados.

A disciplina utiliza-se de uma metodologia que visa não apenas introduzir novos conhecimentos e conceitos, mas provocar as alunas e alunos a refletir mais

detidamente sobre os diversos mecanismos ideológicos que organizam as relações sociais e reforçam as desigualdades étnico-raciais e de gênero

Ao proporcionar as e aos estudantes de Serviço Social reflexão crítica sobre as estratégias, remete diretamente ao processo de construção dos mecanismos de manutenção, apontando para estratégias de enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, articuladas a gênero e classe social. Para tanto, realiza-se uma abordagem histórica, dialética, com vistas à compreensão da problemática em relação ao todo, excluindo-se desta perspectiva, referenciais meramente descritivos e particularizados.

O sucesso do ensino e aprendizagem, não está apenas na apreensão dos conceitos que auxiliam no entendimento da questão, mas sim, na decodificação dos aparatos que mantêm o racismo e o patriarcado no âmbito das instituições e das relações sociais, dos quais destacam-se o Racismo Estrutural e o Racismo Institucional.

Neste sentido, aportar conceitos iniciais para desfazer possíveis recorrentes equívocos que são alçados como ocorre com a Discriminação étnico-racial.

161

Discriminação étnico-racial

Trata-se de toda “distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação – ONU/1968)

A discriminação étnico-racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

Racismo

O racismo pode ser explicado como uma ideologia etnocêntrica, criada a partir de teorias pseudocientíficas que propagaram uma suposta inferioridade de determinados segmentos populacionais, (negros) em relação a uma pretensa superioridade branca. (Gomes, 2004)

Estudado intensa e amplamente por grandes pesquisadoras(es) dos quais destacamos personalidades como Nilma Lino Gomes(2004), Márcia Eurico (2019), Maria Isabel de Assis (2005 e 2016), Edna Roland(2001), Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d`Adesky (2002), que entendem que o racismo é um comportamento social que está presente na história da humanidade e que se expressa de variadas formas, em diferentes contextos e sociedades. O racismo se expressa de formas interligadas: a individual e a institucional. (Gomes, 2004)

No campo individual é identificado por de comportamentos, atitudes e práticas discriminatórias a partir de uma convicção equivocada sobre a superioridade de determinadas raças, em relação a outras. Ao empreender uma atitude depreciativa, de desqualificação, inferiorização, desumanização, baseada em critérios pseudocientíficos em relação a algum grupo social ou étnico, o indivíduo está sendo racista. Então, discriminando.

Racismo Institucional

Adotando como princípio, a compreensão do racismo como uma construção histórica, cuja expressão evidencia-se nas ações individuais, institucional e estrutural, identificado nos comportamentos e práticas que recorrentemente objetivam dificultar o acesso, mobilidade e ascensão por meio da discriminação presente nas práticas e rotinas de trabalho.

A compreensão sobre esse modo de operar é um dos caminhos para favorecer o acesso da população negra às políticas públicas. Neste sentido, o conceito de Racismo Institucional apresentado abaixo auxilia numa outra percepção sobre as desigualdades, pois os impactos do racismo vão se intensificar resultando no

... fracasso das instituições e organizações em promover um serviço profissional de qualidade, adequado às pessoas que leve em conta a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (Instituto AMMA-PSIQUE E NEGRITUDE QUILOMBHOJE, 2008)

Quando Eurico (2013) dialoga sobre os investimentos realizados para enfrentamento ao racismo institucionalizado, o faz questionando o “discurso dominante” que insiste em desqualificar a população negra, bem como suas demandas, que vem sendo colocado em xeque, na medida que suas agendas não tem cumprido notadamente o papel de cumprir as diretrizes do Caderno de Ações de Durban.

Tais diretrizes originadas da Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata. Realizada em Durban, África do Sul em 2001, orientam para medidas que promovam Reparações. Nesta Conferência os Estados partes, reconhecem o sequestro e a escravização dos povos negros nas Américas como um “Crime contra a humanidade” (Durban/2001). O Programa de Ação de Durban

...tem como premissa a possibilidade de capacitar o aluno na identificação dos mecanismos de enfrentamento e superação da questão, tais como: movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais, nas políticas sociais destinadas a tal segmento, na apropriação e desenvolvimento de métodos, técnicas e instrumentais que auxiliem a atuação profissional, considerando os agravos decorrentes das questões étnicas e de gênero. (Durban/2001).

163

Na sua dimensão institucional, segundo Eurico (2019), “refere-se a todas as ações institucionalizadas que tem como objetivo a reprodução do preconceito e da discriminação contra pessoas em função do pertencimento étnico-racial”, explícito ou implícito. Configura-se na prática discriminatória dos sistemas de trabalho, direito, saúde, economia, educação, política e moradia.

A forma institucional do racismo, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros mais empobrecidos, escolas com infraestrutura precária em empregos de menor prestígio. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva da população negra no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada. (ASSIS, 2005)

Essa descrição nos auxilia na apropriação do conceito de racismo na dimensão institucionalizada que decorre de crenças racistas e individuais.

“Se há consequências racistas das leis, das práticas ou dos costumes institucionais, a instituição é racista, independentemente do fato dos indivíduos que mantém tais práticas terem ou não, intenções racistas”. A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. (Palestra da Bióloga Fernanda Lopes – Saúde da População Negra - Ministério da Saúde)

Racismo Estrutural

É no sentido de pontuar a gravidade do racismo que Almeida (2018) discorre sobre sua concepção estrutural – afirmando que o Racismo concorda com o modo de operar das instituições, na medida em que o Estado Brasileiro não faz valer as leis ou mecanismos que denunciam, apuram e punam as violações que decorrem de práticas pautadas no pertencimento étnico-racial. O racismo “parece” compor com a ordem social vigente a medida em que as instituições também o reproduzem com intensidade e frequência. Numa sociedade onde o “Estado de Direito”, tem comportamentos violentos racistas, patriarcais, LGBTTI-fóbicos como prática cotidiana, as pessoas, em particular aquelas que trabalham em instituições, precisam identificar e intervir. (ALMEIDA, 2018)

Nestes casos as relações no cotidiano das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo na forma de violência explícita ou microagressões, piadas racistas, silenciamento da fala, ignorar presença (grifo nosso), isolamento. (ALMEIDA, 2018; p.37)

Almeida (2018) alerta para que sejam realizadas mudanças na forma de atender acolher, ou seja, de funcionar institucionalmente. Não se espera que tais ações possam provocar mudanças estruturais, mas ao adotar mecanismos, normas e práticas que alterem a transmissão dos privilégios, as violências racistas, a patriarcais expressas pelo sexismo, vinculam-se a ordem social mais ampla estabelece-se processos antirracistas. A adoção de medidas exporá a inconformidade quanto a continuidade das violações e mudanças pela dialética do processo. (Almeida, 2018)

Portanto, não se trata apenas de ensinar uma temática que tradicionalmente compõem a grade do Curso de Serviço Social, cujos embates teórico-metodológicos estão presentes deste a Reconceituação/Renovação do Serviço Social, ou seja, desde os primeiros seminários de teorização da década de 1960, a profissão rediscute seus fundamentos, tendências e metodologias. Esta área temática, além de ser

relativamente nova dentro da profissão, trata-se de uma construção que demanda o repensar sobre as profundas desigualdades que incidem prioritariamente sobre os segmentos de negros e mulheres e, que se inscrevem num processo histórico que desqualifica os sujeitos e inviabiliza suas trajetórias e a identificação de suas carências, dificultando desta forma, que sejam beneficiados por políticas sociais. É necessário apurar o olhar para a “questão social”, e, de acordo com os referenciais que identificam a profissão no Brasil, realizar o exercício de superação da imediatividade que obscurece as relações étnico-raciais desiguais de gênero, enfaticamente pautados na suposta “igualdade racial e de gênero”. (ASSIS, 2016)

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: onde entra o racismo nesta história?

A docência em Serviço Social é entendida aqui não apenas como mais uma área de atuação profissional, mas como parte do compromisso que os (as) Assistentes Sociais assumem com a construção de uma sociedade menos desigual, que também se dá a partir da formação de profissionais comprometidos e éticos.

Para reunir referenciais teóricos que possibilitem relacionar o Racismo Institucional e atuação profissional, considerando o Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino Superior e o compromisso ético-político que a profissão estabeleceu com os grupos menos favorecidos, reuniu-se textos e livros, que revelam cuidadoso estudo e pesquisa desenvolvidas por profissionais do Serviço Social, os quais discutem a Formação Sócio histórica do Brasil, Escravidão, Trabalho Escravo e Trabalho Livre, Atuação Profissional e a Assistência Social, correlacionados a população negra e feminina. Trata-se de rediscutir e desconstruir conceitos que vinculam a pobreza somente ao processo de estruturação do capital, negando aspectos relevantes e decisivos relacionados às dimensões de ser mulher, negro(a) ou ambos. E, de acordo com entrevista da Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal - Luiza Bairros (18/01/2013) e Amaro (2003) a pobreza tem cor, ela é negra.

São utilizados ainda, recursos teóricos que desconstroem distorções e remontam a história e trajetória destes grupos a partir das próprias perspectivas, pois é de suma importância ter outro olhar sobre a história para além do colonizador. Um olhar que proporcione a alteridade, pois aqueles (as) que são destituídos do lugar e

papel de sujeitos de sua história, segundo Pollak (1999) são portadores da memória envergonhada, que durante anos esteve presa ao subterrâneo, e esperam uma oportunidade para emergir e questionar a história oficial.

Portanto, a definição dos livros, textos e demais atividades complementares é uma tarefa que requer muito cuidado, pois problematizar a história e apontar mecanismos recorrentemente utilizados pela sociedade para manutenção e reforço do status de inferioridade atribuída à população negra e as mulheres, tendo como objetivo manter estes segmentos à margem e/ou excluídos do processo de produção material do capital, não se constitui como fácil tarefa, apesar dos significativos avanços, a produção no âmbito do Serviço Social agora tem sido mais difundida.

Ancora-se também nesta sutileza, na qual se realiza a formatação da história e seus povos, ainda hoje ofuscados pelo “mito democracia racial”. Portanto, se faz necessário entender detalhadamente, os emaranhados dessa ideologia perversa que afirma a multiracialidade brasileira, como prova da inexistência do racismo, bem como o acesso da mulher ao mercado de trabalho e a chefia familiar, como indicativos de suposta igualdade entre o gênero.

166

Na década de 1990, no 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS - realizado em julho de 1995 - em Salvador - Bahia, as deliberações já reforçavam a proposta da disciplina ao sugerir a participação das (dos) assistentes sociais nos núcleos de pesquisa e formação profissional relacionados às temáticas de gênero, raça e etnia, direcionava também, o estímulo a produção de material didático/pedagógico com a perspectiva de gênero, raça e etnia, para orientar o cotidiano nos diversos ramos da profissão; estabelecia também, a inclusão de disciplinas relacionadas ao tema como optativas ou eletivas nos currículos de Serviço Social.

Outro aspecto/elemento considerado na disciplina raça/etnia e gênero, é a luta pela conquista de direitos sociais na qual foi, e é imprescindível a participação dos movimentos, negro, feminista, populares e/ou sindical. Os movimentos sociais, em particular o Movimento Negro, o Movimento Feminista surge no Brasil na década de 1970, durante o período da autocracia burguesa, propugnavam a luta pela democracia, extinção das desigualdades sociais, e a conquista da cidadania.

Mas é a partir da década de 1980, que os movimentos sociais passam a ganhar força no cenário brasileiro, merecendo destaque o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento de Mulheres que passa a articular suas ações em âmbito nacional, aliás, este período foi caracterizado pela grande efervescência dos grupos sociais. Na mesma esteira, o Movimento Negro ganha visibilidade/legitimidade e passa a exigir políticas sociais específicas para a população negra. Algumas reivindicações estarão presentes na Carta Constituinte de 1988.

Neste sentido, os movimentos sociais vislumbravam a possibilidade concreta e legal de objetivarem suas reivindicações, com vistas à formação do sujeito histórico de direitos, dotado de uma consciência crítica e que valorizava os saberes populares. Este “novo” sujeito coletivo, ao problematizar a realidade, via-se valorizando sua autoestima, pautada essencialmente na construção do ideário da cidadania, tão importante para a formação tanto do homem, quanto da mulher, seja ela negra ou branca.

A partir dos anos 1990, em função das transformações operacionalizadas no mundo do trabalho e a adoção de políticas redutoras dos direitos sociais, os movimentos sociais veem-se enfraquecidos, com baixo poder de articulação e organização. Gradativamente, vão se desmobilizando e perdendo o seu caráter contestatório. Fato este, facilmente identificável quando analisada a situação dos sindicatos, que de instâncias legítimas de representação dos anseios trabalhistas passaram a adotar a função de “negociadores” com o patronato. Neste momento, ficou evidente a cooptação de inúmeras lideranças políticas que passaram a fazer parte do jogo de interesses meramente financeiro.

Para a entrada no capitalismo global, o governo brasileiro da época passou a implantar a política neoliberal, que previa a interferência mínima do Estado no trato da Questão Social. Obviamente, os movimentos sociais foram demasiadamente prejudicados, e de heróis da década de 1980, passaram a ser os “vilões” dos anos 1990, pois, para a efetivação das políticas sociais preconizadas na Constituição Federal de 1988, era necessário um Estado comprometido com a população pobre, portanto, o inverso da proposta neoliberal. A ideologia propagada pelo Estado fez com que alguns militantes dos anos 80 se transformassem em voluntários nos anos 90, e gestores nos anos 2000, instigados pela ideia da “comunidade solidária”, e da suposta

combatividade legalizada das Ong's, posteriormente tais gestoras(es) formuladores de políticas públicas para os segmentos dos quais eram parte. Desta forma, a Questão Social foi ainda mais despolitizada e novamente a desigualdade social passou a ser atribuída a incapacidade da população pobre – basta observamos os programas de transferência de renda e os subcursos que qualificam para os subempregos, tais como: crochê, tricô, bordados, pintura em tecidos etc., tão incentivados pelo governo da época – ou a falta de solidariedade dos mesmos, fato este claramente evidenciado quando posta em cheque a efetivação de programas como “Amigos da Escola”, altamente celebrados e difundidos pelo monopólio da comunicação no Brasil. (MONTANO:2008).

No âmbito do trabalho, ainda nos anos 1990, assistiu-se a substituição progressiva do modelo de produção fordista – calcado no controle do ritmo e intensidade do trabalho- pelo modelo desenvolvido no Japão, denominado Toyotismo. Este previa a eliminação dos estoques, a qualidade total, os sentidos de limpeza, organização e eficácia (Just in Time) e a eliminação das linhas de produção, característica do modelo fordista. Passou-se a conceber o trabalho fabril a partir das células de produção, onde o profissional deveria ser capaz de operacionalizar muitas máquinas. Surge no cenário o profissional polivalente, multifuncional, cujas células de produção seriam responsáveis pela quantidade e qualidade do que estavam produzindo.

O novo modelo também previa o trabalho por cotas e metas, incentivadas nas células de produção, pautadas na liberdade que o trabalhador passou a adquirir. Neste momento, aliás, progressivamente as empresas passaram a adotar a ideia do “colaborador”, “membro da empresa família” em detrimento da dualidade característica da modernidade, ou seja, a relação patrão versus empregado. A partir dos anos 90 via-se a solidariedade dos patrões - principalmente na mítica ideia da responsabilidade social.

Os principais traços destas mudanças operacionalizadas a partir da década de 1990 estão presentes em todo o cotidiano profissional, saindo de um modelo calcado no chão de fábrica, passando a todos os espaços da moderna administração contemporânea, seja pública ou privada. No que se refere especificamente a suposta autonomia do trabalhador, principalmente aquela “concedida” nas células de

produção, provocou algo jamais visto no âmbito do capital, pois pela primeira vez na história, o capitalismo conseguiu capturar a subjetividade do trabalhador, na medida em que reafirma a autonomia (inclusive nos contratos de trabalho, expressos na flexibilização das leis trabalhistas) e os mesmos se veem obrigados a trabalhar bem mais que às oito horas diárias estabelecida pela legislação, pois agora, existe a busca incessante pelo cumprimento das metas e cotas de produção. (Antunes, 2001)

Se concebermos a discriminação, o preconceito racial, como consequências do Racismo Estrutural e o Racismo Institucional como algo impregnado nas relações sociais, que afetam diretamente a vida da população negra, que vive um cotidiano difícil, apontado pelos dados estatísticos, cuja frieza não revelam a real noção dos impactos danos. Portanto, questionar o quanto a população negra está sendo afetada pela reestruturação produtiva, na medida em que esta prevê equipes de trabalho qualificada com aporte tecnológico, é urgente e necessário.

Portanto, numa sociedade historicamente racista Patriarcal e assimétrica, cabe considerar ainda a inserção das mulheres.

No limite, as empresas, em particular aquelas ligadas à fabricação de eletroeletrônicos, com o quadro quase que total de funcionários do sexo feminino, sob os argumentos que estas seriam mais “delicadas” portanto mais adequadas para determinadas atividades. Porém, o que se observou é que estas empresas de um modo geral se utilizam da mão-de-obra feminina, desqualifica-a e a torna mais barata em relação a dos homens.

Ainda na mesma linha argumentativa, cujas pesquisas ainda são iniciais, é possível estabelecer o mesmo “fenômeno” com a população negra, na medida em que o preconceito é subjetivo (mas real) e poucos assumem o lugar de agente. Posto isto, cabe o questionamento de quantos negros(as) também deixaram de ocupar postos de comando, liderança, chefia ou de representação por conta do racismo, Racismo Institucionalizado.

Na história brasileira a população negra sempre foi mantida em papéis subalternos, por vezes calcado numa suposta incapacidade intelectual - as marcas do século XIX ainda estão presentes nesta sociedade, principalmente no que se refere às trabalhadoras e trabalhadores negros, como demonstra autoras como Eurico

(2018), Carneiro(2003), Assis (2005; 2016), Filho (2006). Trata-se de referenciais que auxiliam na compreensão de como introjetamos as ideias de que negras e negros não seriam capazes de exercer funções ditas intelectualizadas. Estas indagações estão alicerçadas no fato de que o capital tem uma tendência a excluir os mais jovens, os mais velhos, as mulheres e o acesso da população negra, bem como demais grupos inacessíveis as benesses capitalistas. Esta exclusão também se verifica no acesso a cidade, pois a população residente nas periferias (pobres) ainda é composta em sua maioria pela população negra e mestiça.

Ainda é válido ressaltar que, mesmo as leis 10.639/2003 e 11.645/2006 alterando a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, tornando obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira e Indígena, respectivamente e com a implementação de Ações Afirmativas - conquistas da população negra, há um grande abismo em relação a população branca, principalmente quando analisamos a situação educacional, acesso ao trabalho e renda, moradia no país, pois a população pobre e negra, além de ainda ser retratada de forma distorcida e estigmatizada em livros didáticos, tem a sua permanência nas escolas impossibilitada pela necessidade da sobrevivência material, entram muito cedo para o trabalho informal - frequentam majoritariamente as escolas públicas, e neste quesito, basta problematizar a realidade que se observará a grande discrepância entre o ensino público e o privado.

170

TECENDO CONSIDERAÇÕES

O texto buscou pontuar alguns elementos que norteiam o processo de repensarmos a Fundamentação teórica e metodológica, para que o processo pedagógico cumpra os objetivos propostos. Como afirmado anteriormente, trata-se de um grande desafio para a profissão, pois a sua efetivação nos currículos das escolas de Serviço Social ainda é pequena e carece de estudos e debates sistemáticos acerca das abordagens sobre o tema nas atividades socioeducativas operacionalizadas por assistentes sociais nos mais diversos espaços, tais como: UBS, CRAS, CREAS, e demais espaços sociocupacionais, como no trabalho com medidas socioeducativas direcionadas aos adolescentes, nas escolas, enfim, em todos os espaços em que o (a) assistente social se faz presente.

O quadro apresentado não expressa a realidade com a profundidade merecida, e sem a pretensão de esgotar o assunto, pois acredita-se que o debate é incipiente, cabendo várias indagações sobre a situação da mulher e da população negra, população indígena, assim como seus dilemas, principais demandas.

As breves indagações tiveram como base a Constituição Federal - Capítulo II dos Direitos Sociais - parágrafo - "Proteção Contra Automação", inciso XXX, que afirma ser proibido haver diferenças de salários, exercício de funções e de critérios de admissão por motivos, de idade, estado civil ou cor, e considerou principalmente o Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993 no Capítulo - II dos Princípios Fundamentais no parágrafo 11o, que determina - "Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, elemento norteador e unificador da prática profissional, que reafirma o compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora".

Posto isto, é válido ressaltar o quanto é importante que o conjunto CFESS/CRESS, gestão 2017-2020 tenha adotado como Agenda/2019 "ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO" a qual abre um grande leque de atividades para a devida apropriação da temática.

171

Intensificar os diálogos, realizando formações, qualificações, capacitações, mesas, rodas de conversas, seminários, para a aplicabilidade da temática, ou para ir além, estabelecer que os cursos de Serviço Social adotem disciplinas obrigatórias. Isso implicaria na abordagem de tais conteúdos revendo não apenas a formação, mas no trabalho profissional acenando para o racismo estrutural e racismo institucional como desafios a serem enfrentados por assistentes sociais, comprometidas com a classe trabalhadora, com vistas à contribuição para a emancipação dos grupos historicamente excluídos de forma a assegurar o exercício dos seus direitos.

Desta forma, pretende-se não apenas apontar para a academia a necessidade da realização de discussões mais substanciais sobre Racismo e Patriarcado no bojo das relações sociais, mas discutir o impacto e a mudança significativa da visão acerca da Questão Social revelando suas mais fortes expressões, Racismo e Patriarcado.

Compartilha-se a ideia de que uma nova postura teórico-metodológica conivente com os princípios do código de ética profissional e Projeto Ético, Político Pedagógico só será contemplada com a inclusão de conteúdos, por meio de modalidades de oficinas, núcleos, temáticos e/ou disciplinas que forneçam elementos para profundas e ampla reflexões, com o objetivo de uma formação profissional competente e comprometida, visto que o processo de construção de uma “nova sociedade” remete a questões em que está intrínseca a relação capital-trabalho, cuja base tem alicerçada as assimetrias, o racismo e o patriarcado.

Conjunto CFESS-CRESS e o Enfrentamento ao Racismo:

Profissionais comprometidos vamos marcar nossa posição?

Para que fosse possível orquestrar mudanças deste quadro que desemboca nas diversas instituições e serviços, espaços onde se realiza o trabalho profissional, “Conjunto CFESS-CRESS no Enfrentamento ao Racismo”, elabora esta agenda para 2019, cujo foco é o combate ao racismo no cotidiano profissional, o coletivo CFESS-CRESS desenvolveu um conjunto de diálogos, debates, mesas, seminários e demais interlocuções com militantes, pesquisadoras(es), ativistas e intelectuais no tema. Isso representa o esforço de anos de Assistentes Sociais Negros e Negras, que recorrentemente buscaram inserir na formação e trabalho profissional o Racismo como estruturante e estruturador das relações quer sejam pessoais, profissionais, institucional, política, etc., pois ele está na formação da sociedade brasileira.

172

A Instituição GTP- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressões de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades no ENPESS/2018, vem confirmar e reforçar o compromisso das Assistentes Sociais no Combate ao Racismo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte (MG), Letramento 2018.

AMARO, Sarita. *A questão racial na assistência social: um debate emergente*. Revista Serviço Social e Sociedade nº 81. Editora Cortez. março, 2005

ASSIS, Maria Isabel. *Lembranças do vivido e do sentido*. Série Justiça e Desenvolvimento IFP-FCC: Mulheres e Desigualdades de Gênero, organizadoras Marília Pinto de Carvalho e Regina Pahim Pinto. Contexto, 2008.

ANTUNES, R.L.C *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 5ª ed, 1998.

_____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Bontempo, 4ª ed, 2001.

_____. “*Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho*”. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVII, Cortez Editora, abril-1996, nº 50.

Convenção pela eliminação de todas as formas de discriminação – ONU/1968

CARNEIRO, Sueli. *Gênero e Raça. Gênero, democracia e sociedade brasileira*, organizadoras Cristina Bruschini e Sandra G. Unbehaum – São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

EURICO, M. C. *A percepção do assistente social acerca do racismo institucional*. Revista trimestral do Serviço Social, Ano XXXIII – n.114 – junho 2013.

_____. *Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social*. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul.-dez./2017

FILHO, José Barbosa da Silva. *O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira* – Rio de Janeiro. Editora Marcos Saraiva, 2006.

IAMAMOTO, M.V. E CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico - metodológica*. 10ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 1995.

_____. “*A formação profissional na contemporaneidade: dilemas e perspectivas*”. Texto base da conferência da Semana Social na U.F. Paraíba - Abril de 1994, Rio de Janeiro, maio, 1995.

KOWARICK, L. A. *Espolição Urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARTINELLI, M. L. et. All. *O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MIGUEL, J. *Curso de Direito Constitucional*, 2a. edição, São Paulo, Editora Atlas, 1991.

MONTANO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5.ed. São Paulo; Cortez, 2008.

MOURA, C. *O negro no mercado de trabalho*, 2a. edição, São Paulo, 1982.

PINTO, E. Ap. *O Serviço Social e a questão étnico-racial (um estudo de sua relação com usuários negros)*. Ed. Terceira Margem, 2003.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo, 1989.

PSTU, Secretaria Nacional do negro. “O cativoiro”. *Raça e Classe*, São Paulo, 1996.

ROCHA, Roseli da F. *A Questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social*. São Paulo, Ano XXX, Cortez Editora, jul - set 2009, nº 99.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero Patriarcado e Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (coleção Brasil Urgente) (pg.17-29 conceito de violência e 39-62 conceito de Gênero)

SOIHET, Rachel. *Formas de Violência e Relações de Gênero e Feminismo*. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. – V.2, N.2. EdUFF, 2000. (pg.7-24 Debate sobre gênero numa perspectiva histórica feminista)

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA JR., H. “*Políticas antidiscriminatórias ou de promoção da igualdade?*”, *Faça a coisa certa*, São Paulo, Secretaria nacional de combate ao racismo do Diretório Nacional do Partido dos trabalhadores, 1996.

YASBEK, M. C. “*Políticas Sociais e Assistenciais: Estratégias Contraditórias de Gestão Estatal da Pobreza das Classes Subalternas*”. In: *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo, Cortez Editora, 1993, p. 13-49.